

DIREITOS HUMANOS

Introdução:

O conteúdo ministrado pela Profa. Me. Sabrina Nunes Borges tem como foco principal apresentar os fundamentos teóricos e práticos da disciplina de Direitos Humanos, por meio dos Tópicos Integradores. O curso utiliza como base aulas expositivas, materiais didáticos, artigos científicos e o livro "Curso de Direitos Humanos" de André de Carvalho Ramos. Também são indicados autores como Rafael De Lazari, Flávia Piovesan e Valério Mazzuoli.

Estrutura do Curso:

- Atividades: provas, trabalho de Direitos Humanos, Projeto Integrador, Atividades
- Complementares.
- Importância: formação acadêmica e preparação para concursos públicos.
- > Eixos:
 - Teoria Geral dos Direitos Humanos
 - Justiça Internacional e Sistemas de Proteção
 - Direitos Humanos em Espécie (Estudo de Casos)

Parte I - Teoria Geral dos Direitos Humanos:

Conceito:

Direitos indispensáveis à vida digna, baseados na liberdade, igualdade e fraternidade. Hannah Arendt destaca: "o primeiro direito humano do qual derivam todos os outros é o direito a ter direitos".

Origens:

Jusnaturalista: vinculados ao direito natural e religião, são inatos.

Contratualista: expressos em documentos e pactos internacionais.

Dupla Influência: direitos reconhecidos teoricamente (direito natural) e formalmente (documentos internacionais).

Terminologia:

Direitos do Homem: nascem com o ser humano, independente de positivação.

Direitos Fundamentais: positivados na ordem jurídica interna.

Direitos Humanos: consagrados no plano internacional.

Positivação:

- CF/88, art. 5º, §3º (EC 45/2004): tratados internacionais podem ter status de emenda constitucional.
- Tratados com status constitucional:
- Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
- Protocolo Adicional à mesma Convenção
- Tratado de Marraqueche
- Convenção Interamericana contra o Racismo (2011)

- Tratados com status supralegal: Pacto de San José da Costa Rica

Classificação em Dimensões (ou Gerações)

1ª Dimensão (Liberdade): civis e políticos (vida, propriedade, expressão, devido processo legal)

2ª Dimensão (Igualdade): econômicos, sociais e culturais (saúde, trabalho, educação)

3ª Dimensão (Fraternidade): coletivos e difusos (meio ambiente, paz, autodeterminação)

4ª à 6ª Dimensões: pluralismo, paz, segurança cibernética, direito à água potável

Resumo da Parte I

Direitos Humanos têm origem mista: natural e contratual.

Sua terminologia varia, mas todos visam à dignidade.

Positivização se dá tanto no plano nacional quanto internacional.

Classificação por dimensões auxilia na compreensão histórica e temática.

Exercício

1. Explique a diferença entre direitos do homem, direitos fundamentais e direitos humanos.
2. Cite um exemplo de tratado internacional com status constitucional no Brasil.
3. Associe as dimensões dos DH aos valores da Revolução Francesa.

Parte II - Evolução Histórica dos Direitos Humanos:

Marcos Históricos

- Inglaterra:
- Magna Carta (1215)
- Petition of Right (1628)

- Habeas Corpus Act (1679)
- Bill of Rights (1689)
- Act of Settlement (1701)
- Estados Unidos:
- Declaração da Virgínia (1776)
- Constituição (1787) e as 10 emendas (1791)
- França: Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789)

No Brasil

- Constituição de 1824 (Império)
- Constituição de 1988 (Nova República)
- Projeto de Olympe de Gouges (1791) - direitos da mulher

Resumo da Parte II

*DH evoluem historicamente com lutas sociais e revoluções.
Documentos de diferentes países influenciaram a DUDH (1948).
O Brasil teve importantes marcos constitucionais nos séculos XIX e XX.*

Exercício

1. Qual documento inglês de 1215 foi um marco inicial na limitação do poder real?

2. O que foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão?

3. Quais constituições brasileiras marcaram os DH?

Parte III - Características dos Direitos Humanos:

- Historicidade
- Relatividade
- Universalidade
- Indivisibilidade
- Interdependência
- Complementaridade
- Inexaurabilidade
- Inalienabilidade
- Imprescritibilidade
- Irrenunciabilidade

- Vedação ao Retrocesso
- Essencialidade

Resumo da Parte III

Os DH são dinâmicos, universais, indivisíveis e interligados. Possuem status essencial e não podem ser suprimidos.

Exercício

1. O que significa dizer que os DH são imprescritíveis?
2. Explique a complementaridade dos DH.
3. Dê um exemplo de direito absoluto.

Parte IV - Casos Relevantes e Discussões Contemporâneas:

Exemplos:

- Reality shows: suspensão voluntária de direitos
- Arremesso de anões: violação da dignidade humana
- Peep-shows: discussão sobre autonomia e moralidade pública
- Direito Animal
- STF e a vaquejada: cultura versus dignidade animal
- Declaração Universal dos Direitos dos Animais (1978 - ONU)

Resumo da Parte IV

Casos polêmicos exemplificam os limites dos direitos e sua proteção.

A dignidade da pessoa humana é valor prevalente sobre escolhas individuais.

Exercício

1. Como o STF tratou a prática da vaquejada?
2. O que diz o Comitê da ONU sobre arremesso de anões?

3. Dignidade ou autonomia: o que prevalece?

Parte V - Vertentes de Proteção Internacional da Pessoa Humana:

➤ **Direito Internacional dos Direitos Humanos**

Objetivo: Proteger os direitos e liberdades fundamentais das pessoas, em tempos de paz ou guerra.

Base jurídica: Tratados e convenções internacionais (como a DUDH, o Pacto de San José da Costa Rica, etc.).

Âmbito de aplicação: Universal – todos os Estados signatários devem respeitar, proteger e promover esses direitos.

Exemplos de direitos: Vida, liberdade de expressão, igualdade, educação, saúde, não discriminação

➤ **Direito Internacional Humanitário**

Objetivo: Minimizar os sofrimentos causados por conflitos armados (internos ou internacionais).

Base jurídica: Convenções de Genebra e Protocolos Adicionais.

Âmbito de aplicação: Situações de guerra, combates e ocupações militares.

Princípios: Distinção entre civis e combatentes, proibição de armas desumanas, proteção a prisioneiros e feridos.

Exemplo: É proibido atacar hospitais ou civis durante um conflito armado.

➤ **Direito Internacional dos Refugiados**

Objetivo: Proteger pessoas que fogem de seus países por perseguição, guerra ou violação de direitos.

Base jurídica: Convenção da ONU sobre o Estatuto dos Refugiados (1951) e Protocolo de 1967.

Âmbito de aplicação: Situações de migração forçada, perseguições por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política.

Princípio central: Non-refoulement – é proibido devolver um refugiado a um país onde sua vida ou liberdade esteja em risco.

Observações

As três vertentes se complementam e têm por objetivo a proteção integral do ser humano.

Resumo da Parte V

Cada vertente atua em contextos específicos, mas todas se conectam.

O sistema internacional visa garantir a dignidade mesmo em tempos de guerra ou deslocamento.

Exercício

1. Qual é o foco do Direito Internacional Humanitário?
2. O que trata o Direito dos Refugiados?
3. Qual é a diferença entre *lex generalis* e *lex specialis*?

Encerramento

Profa. Me. Sabrina Nunes Borges@sabrinannunes - sabrinanb@unipam.edu.br
"Direitos Humanos não são concedidos; são reconhecidos, protegidos e promovidos."

Para estudo adicional:

Assista ao filme "O Julgamento de Nuremberg"

Consulte a DUDH (1948)

Leia jurisprudências do STF sobre DH

Fique atento:

Questões sobre DH são cobradas com frequência em concursos públicos!

Aprofunde-se nas diferenças entre as dimensões e na positivação nacional e internacional dos direitos.